

Políticas de ação afirmativa e justiça: uma análise do entendimento dos discentes do curso de direito sobre a reserva legal de vagas para acesso ao ensino superior

T. C. de Melo^{1*}; B. G. S. M. M. de Castro²

¹Aluna de Iniciação Científica do PIBIC/CNPq – Curso de Direito Institutos Superiores de Ensino do CENSA – ISECENSA I; ²Pesquisadora Orientadora - Laboratório de Estudos e Pesquisa em Direito, Política e Sociedade do ISECENSA (LAEPDIPS) - Centro de Pesquisa e Pós-graduação - CPPG - Institutos Superiores de Ensino do CENSA – ISECENSA

*thamyrescavalcantemelo@outlook.com

Resumo

As ações afirmativas refletem o ideal de concretização de igualdade de oportunidades e representam a realização de transformações de ordem cultural a fim de reduzir os efeitos das desigualdades historicamente acumuladas. A presente pesquisa objetiva analisar a percepção dos estudantes do curso de Direito dos ISECENSA acerca da política de ação afirmativa, com ênfase na modalidade cotas que promove a reserva legal de vagas para as chamadas “minorias”. Metodologicamente, serão utilizadas revisão bibliográfica, análise documental, pesquisa de campo e aplicação de questionários. Dessa forma, pretende-se refletir sobre os desafios das cotas no ensino superior em seu papel de inclusão social, contribuindo nos debates acerca da temática no ensino superior no Brasil.

Palavras-chave: Cotas, Ação Afirmativa, Justiça, Ensino Superior.

1. Introdução

A Universidade é um espaço social de interação e sociabilidade, logo, este espaço é composto por multiplicidade de pessoas, cada uma com suas individualidades, sendo, portanto, um espaço de conviver com a diversidade e criar oportunidades de acesso para a equiparação de oportunidades. As ações afirmativas fazem parte da construção do sistema educativo inclusivo, uma vez que, elas objetivam a redução das desigualdades sociais, sendo “uma busca de justiça no presente, ante a discriminação vivenciada no dia-a-dia” (ANDREWS, 1997, p. 137).

As ações afirmativas são mecanismos que buscam promover a igualdade mediante a diminuição das vulnerabilidades sociais. Sabe-se que se constitui como típico na sociedade brasileira, desde a sua concepção a existência de grupos que são excluídos em razão de não enquadrarem-se no padrão socialmente construído, estereotipado como modelo de nação desenvolvida, o que implicou na formação de grupos ou elementos socialmente oprimidos, dentre estes, a exemplo tem-se os negros e seus descendentes, os indígenas, os homossexuais, as mulheres e, também, as pessoas com deficiência (CASTRO et al., 2017).

Eis aqui o ponto de partida para a presente proposta de pesquisa: tendo em vista que o critério carência foi incluído posteriormente, é possível que exista certa dificuldade na compreensão da necessidade e utilização das cotas, motivo pelo qual poderia-se notar estigmatização dos beneficiários da reserva legal por parte da sociedade, sem que esta compreenda os motivos e efeitos da política de ação afirmativa.

Nessa perspectiva, vale ressaltar que é preciso analisar a percepção social acerca da política de cotas, constituindo esta o cerne da pesquisa que se pretende realizar. Assim, o problema da presente pesquisa reside em questionar: Os estudantes do curso de direito posicionam-se favoravelmente ou contra as políticas de cotas? Os estudantes compreendem a finalidade e a motivação da implementação da lei de cotas?

2. Materiais e Métodos

A realização da pesquisa ocorrerá em diversas etapas como se descreve a seguir: o ponto inicial será a revisão bibliográfica, que terá como objetivo percorrer historicamente a trajetória da política de cotas no ensino superior. Será utilizada análise documental, pesquisa de campo e aplicação de questionários. Dessa forma, pretende-se com a metodologia descrita refletir sobre os desafios das cotas para ingresso de “minorias” no ensino superior em seu papel de inclusão social, contribuindo nos debates acerca da temática no ensino superior no Brasil.

3. Resultados e Discussão

Os resultados esperados da presente pesquisa consistem no alcance de metas como: contribuir com os debates sobre a política de cotas no ambiente educacional, a partir da experiência dos ISECENSA e buscar elementos que possam auxiliar na adoção de estratégias que possam tornar a lei de cotas mais compreensível para a sociedade, gerando conscientização dos motivos e efeitos de sua implementação.

4. Conclusões

A grande tomada de força das políticas afirmativas no Brasil veio à tona a partir da promulgação da Constituição da República Federativa em 1988, também conhecida como “Constituição Cidadã”, instrumento que positivou o instituto de forma consolidada e estabeleceu diversas medidas a serem adotadas pelo Estado em prol da promoção da igualdade de oportunidades e direitos.

No decorrer da década de 1990, compromissos e iniciativas foram assumidos pelo Estado brasileiro, objetivando a promoção e o incentivo de políticas de compensação, reconhecimento e valorização dos grupos em estado de vulnerabilidade ou minorias sociais. Segundo Machado e Fernandes (2014), esse cenário apontava um conjunto de intenções que buscavam orientar e estimular políticas de ação afirmativa em diversos âmbitos, tanto nacional quanto regionalmente, abrangendo estados e municípios.

Das várias modalidades que perfazem as ações afirmativas, o sistema de cotas é a mais polêmica e heterogênea por constituir-se na reserva de um determinado percentual de vagas a ser ocupado em áreas específicas por um determinado grupo. Dessa forma, por tratar-se de uma política polêmica e atual, justifica-se a realização da presente pesquisa para contribuir com os debates sobre reserva legal de vagas e acesso ao ensino superior, a partir a análise da percepção dos estudantes do curso de Direito dos ISECENSA acerca da política de ação afirmativa, com ênfase na modalidade cotas que reserva vagas para as chamadas “minorias”.

Agradecimentos

Laboratório de Estudos e Pesquisa em Direito, Política e Sociedade do ISECENSA (LAEPDIPS) - Centro de Pesquisa e Pós-graduação - CPPG - Institutos Superiores de Ensino do CENSA – ISECENSA.

Referências

[1] AMARAL, Shirlena Campos de Souza. O acesso do negro às instituições de ensino superior e a política de cotas: possibilidades e limites a partir do “caso” UENF. Campos dos Goytacazes: PPGPS/UENF, 2006. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais).

- [2] AMARAL, Shirlena Campos de Souza; MELLO, Marcelo Pereira de. Cotas para Negros e Carentes na Educação Pública Superior: análise do caso UENF de 2004 a 2010. *InterScience Place*, v. 1, p. 25-49, 2012.
- [3] BRASIL, Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, 2003.
- [4] CASTRO, Bianca G. da S. M. M. de; AMARAL, Shirlena C. de S.; SILVA, Gabriela do R. A política de cotas para pessoas com deficiência nas universidades estaduais do Rio de Janeiro: a legislação em questão. In: *O Social em Questão - Ano XX - nº 37- Jan a Abr/2017*
- [5] CASTRO, Bianca Gomes da Silva Muylaert Monteiro de Castro. A política de cotas como mecanismo de democratização ao ensino superior para pessoas com deficiência e seus efeitos: análise sobre acesso e permanência de estudantes na UENF no período de 2003 a 2016. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Centro de Ciências do Homem. Campos dos Goytacazes, 2018. Disponível em : <http://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2018/08/BIANCA-GOMES-DA-SILVA-MUYLAERT-MONTEIRO-DE-CASTRO.pdf> Acesso em 15 de outubro de 2018.
- [6] CASTRO, Bianca Gomes da Silva Muylaert Monteiro de; RANGEL, Etuany Martins; CASTRO, Maria José Gomes da Silva; BORGES, Luís Felipe Câmara; AMARAL, Shirlena Campos de Souza. A política de cotas como mecanismo de enfrentamento à pobreza e democratização do ensino superior: uma análise dos efeitos da desigualdade educacional no exercício da cidadania e na justiça social brasileira. *Linkscienceplace*, Nº 3, volume 4, article nº 12, April/June 2017.
- [7] GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- [8] MACHADO, Elielma Ayres. Ação afirmativa nas universidades estaduais fluminenses: o começo. *Revista Advir*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 19, p. 26-33, 2005.
- [9] RAWLS, John. Uma teoria da justiça. Tradução Almino Pisetta; Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Capítulo 1.